

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.444 - RS (2019/0316448-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261
RECORRIDO : VICTOR CARRION DE BRITTO VELHO
ADVOGADO : NÁDIA MARIA KOCH ABDO - RS025983

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fls. 422/423):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 297, STJ.

JUROS REMUNERATÓRIOS

- A limitação dos juros remuneratórios nos contratos submetidos ao Sistema Financeiro Nacional depende da comprovação da abusividade, verificada caso a caso a partir da taxa média de mercado registrada pelo BACEN à época da contratação e conforme a natureza do crédito alcançado, não se caracterizando somente pelo fato da pactuação ser em percentual superior a 12% ao ano.

- Verificado que os encargos praticados na Cédula de Crédito Bancário - Crédito Pessoal nº 320000133260 e no contrato de cheque especial nº 000010235244 ultrapassam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, cabível a sua limitação ao percentual registrado no período.

- Inexistindo demonstração da taxa de juros pactuada com a instituição financeira, no contrato de Crédito Pessoal com Proteção nº 320000164270, deve prevalecer a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN, conforme orientação constante da Súmula nº 530 do STJ.

- Em razão da ausência de divulgação, pelo Banco Central do Brasil, da taxa média de juros praticada pelo mercado nas operações de cartão de crédito em período anterior a março/2011, o parâmetro para aferição da abusividade dos juros remuneratórios no contrato de cartão de crédito nº 5428.XXXX.XXXX.5317 é de 12% a.a.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

- De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida quando pactuada de forma expressa. REsp Repetitivo nº 1.388.972/SC.

- Diante da pactuação expressa do referido encargo no contrato de empréstimo pessoal nº 320000133260 e no contrato de cartão de crédito nº 5428.XXXX.XXXX.5317, resta viável a sua cobrança.

- Inexistindo ajuste da capitalização de juros nos contratos de Crédito Pessoal com Proteção nº 320000164270 e de cheque especial nº 000010235244, incabível a incidência do encargo, em qualquer periodicidade.

TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO E TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ.

- As "tarifas de abertura de crédito" (TAC) e de "emissão de carnê" (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, encontram-se vedadas, face à ausência de previsão legal, nos contratos pactuados após 30/04/2008, nos quais pode ser cobrada a "tarifa de cadastro", desde que no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Súmulas nº 565 e 566 do Superior Tribunal de Justiça.

- Não preenchidos os requisitos legais, inviável a cobrança.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

- É admitida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, a qual exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. Súmulas nº 294, 296 e 472 do Superior Tribunal de Justiça. - Ausente demonstração de sua pactuação, é de ser afastada.

DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.

Constatada abusividade contratual nos encargos da normalidade, resta descaracterizada a mora.

APELO PARCLIAMENTE PROVIDO.

Os embargos declaratórios opostos foram parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes (e-STJ fls. 451/462).

O recurso especial (e-STJ fls. 465/482), fundamentado no art. 105, inc. III, alíneas "a" e "c", da CF, aponta dissídio jurisprudencial e ofensa aos seguintes dispositivos legais, sob as respectivas teses:

(i) art. 4º da Lei n. 4.595/1964, sustentando a legalidade dos juros remuneratórios, e

(ii) art. 5º da MP n. 2.170-36/2001, defendendo a possibilidade de capitalização dos juros.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 488).

É o relatório.

Decido.

No julgamento do Recurso Especial n. 1.061.530/RS (Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009), submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), esta Corte Superior consolidou as seguintes orientações sobre juros remuneratórios em contratos bancários:

ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

- a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
- d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada – art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

Portanto, não há óbice à revisão contratual, com fundamento no CDC (Súmula n. 297/STJ), nas hipóteses em que, após dilação probatória, ficar cabalmente demonstrada a abusividade da cláusula de juros, sendo insuficiente o fato de o índice estipulado ultrapassar 12%

(doze por cento) ao ano (Súmula n. 382/STJ) ou de haver estabilidade inflacionária no período.

A taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para operações similares, na mesma época do empréstimo, pode ser utilizada como referência no exame do desequilíbrio contratual, mas não constitui valor absoluto a ser adotado em todos os casos. Com efeito, a variação dos juros praticados pelas instituições financeiras decorre de diversos aspectos e especificidades das múltiplas relações contratuais existentes (tipo de operação, prazo, reputação do tomador, garantias, políticas de captação e empréstimo, aplicações da própria entidade financeira, etc.).

Afora isso, no julgamento do REsp n. 1.487.562/RS, ao apreciar hipótese análoga a destes autos, a Quarta Turma do STJ reafirmou que o exame do caráter abusivo da taxa aplicada deve ser feito com base na média observada para a mesma espécie de contrato, levando-se em conta as especificidades do mercado para aquela modalidade de contratação. Eis a ementa do julgado:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DO ABUSO EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. ESPECIFICIDADE EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE CHEQUE ESPECIAL.

1. A cláusula referente à taxa de juros só pode ser alterada se reconhecida sua abusividade em cada caso concreto, mediante dilação probatória específica, não tendo influência para tal propósito a estabilidade econômica do período nem o percentual de 12% ao ano, já que taxa compatível com a média de mercado não é considerada excessiva para efeitos de validade do contrato (Súmula 382/STJ).

2. O exame do caráter abusivo da taxa aplicada deve ser feito com base na média observada para a mesma espécie de contrato, levando-se em conta as especificidades do mercado para aquela modalidade de contratação em discussão na causa.

3. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp n. 1.487.562/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 3/6/2015.)

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. ABUSIVIDADE DA TAXA CONTRATADA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO DAS OPERAÇÕES DE CHEQUE ESPECIAL. LIMITAÇÃO DOS JUROS À TAXA DAS OPERAÇÕES DE ESPÉCIE. ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES DISCUTIDAS NO RECURSO PREJUDICADA.

1. A limitação da taxa de juros remuneratórios pactuada no contrato de cartão de crédito à taxa média de mercado aplicada aos contratos de cheque especial é inviável em razão da diversidade da natureza jurídica das operações.

2. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em contrato de cartão de crédito depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado apurada nas operações da espécie.

3. Prejudicada a análise das questões alusivas à comissão de permanência, configuração da mora e sucumbência até a verificação da taxa de juros aplicada à espécie e constatação da abusividade.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.399.511/RS, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 30/8/2016.)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARTÃO DE CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE TAXA MÉDIA APURADA PELO BANCO CENTRAL. UTILIZAÇÃO DA TAXA DE CHEQUE ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento segundo o qual, para se verificar a alegada abusividade da taxa de juros remuneratórios, deve-se observar a taxa média cobrada para operações da mesma espécie.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 628.818/MS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 21/3/2016.)

Além do mais, a apuração quanto ao alegado abuso da taxa de juros remuneratórios cobrados pelo contrato implica a procedência ou não do pedido. Por esse motivo, essa aferição deve ser realizada durante a instrução, antes da prolação de sentença.

Assim, diante da necessidade de retorno dos autos à fase instrutória, ficam prejudicadas as demais insurgências recursais.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para anular o acórdão recorrido e a sentença, determinando o retorno dos autos à fase instrutória para que seja examinada a alegação de abusividade dos juros remuneratórios relativos às taxas cobradas pelo mercado para a mesma operação de crédito (contratos de cartão de crédito) nos mesmos períodos.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator